

CONHECENDO HISTÓRIAS DE UM PARANÁ NEGRO: A COMUNIDADE QUILOMBOLA APEPU¹

CONOCIENDO HISTORIAS DEL PARANÁ NEGRO: LA COMUNIDAD QUILOMBOLA APEPU

Cristiane Garcia Pires²

Fonte: PROEX, 2014.



RESUMO

Esse texto foi escrito após a primeira visita da equipe da Pró-Reitoria de Extensão da UNILA à Comunidade Quilombola Apepu, localizada no município de São Miguel do Iguazu (PR). Baseando-se na história da resistência e das dificuldades da comunidade, o texto traz breves reflexões a respeito dos direitos e da (in)visibilização da população negra no Paraná, resgatando o debate sobre a identidade cultural do Estado.

Palavras-chave: Apepu. Negros – Paraná. Identidade cultural.

RESUMEN

Este texto se ha escrito tras la primera visita del equipo de la prorectoría de extensión de la Unila a la comunidad quilombola del Apepu, ubicada en el municipio de São Miguel do Iguazu (PR). Tomando como base la historia de resistencia y de las dificultades de la comunidad, el texto aporta pequeñas reflexiones sobre derechos y la (no)visibilidad de la población negra del Paraná y rescata el debate sobre la identidad cultural del estado.

Palabras clave: Apepu. Negros – Paraná. Identidad cultural

¹ Este artigo foi escrito com base em uma entrevista realizada com integrantes da Comunidade Quilombola Apepu, no dia 27 de fevereiro de 2015.

² Socióloga na Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguazu (PR).
E-mail: cristiane.pires@unila.edu.br.

Ao longo do século passado, uma série de esforços intelectuais foram empreendidos com o objetivo de apontar as singularidades culturais de diversos estados brasileiros. No caso do Paraná, o movimento paranista e os historiadores locais fizeram parte de um movimento de defesa da especificidade cultural e étnico-racial do Estado, chamando-o, nas palavras do historiador Wilson Martins, de *Um Brasil diferente*.

Para Martins (1989), a formação social do Paraná caracterizou-se pela “ausência do português e a inexistência da escravatura”. Assim, não só o Estado mas toda a região Sul foram marcados pela carência desses elementos, e, ao mesmo tempo, pela presença de um elemento distintivo: o imigrante, em especial o alemão.

Com efeito, é o resultado dessa produção intelectual que ainda nos dias de hoje orienta e respalda o imaginário cultural segundo o qual o Paraná é um Estado “mais europeizado” do que o “resto do país” (compreendido de forma homogênea), não apenas na sua formação étnica, mas até mesmo no clima. Além disso, esse mesmo imaginário completa-se com a ideia de ausência de negros no Estado, ainda que, mesmo nos anos 50, período no qual boa parte das obras a respeito desse tema foram escritas, 35% da população paranaense fosse negra (OLIVEIRA, 2005).

Pode-se perceber, portanto, que paralelamente à elaboração das representações sociais a respeito do Estado, construiu-se um processo de invisibilização histórica e cultural da população negra paranaense. É apenas a partir do final do século XX e início do século XXI que essa história começa a se transformar, quando as reivindicações das próprias populações negras se tornam mais contundentes e, principalmente, mais visíveis. Particularmente, a demarcação de terras quilombolas iniciou-se no Paraná com a atuação do Grupo de Trabalho (GT) Clóvis Moura, com atividades de 2005 a 2010. Curiosamente, essa iniciativa partiu da Secretaria de Estado da Educação.

Mas o que é mesmo um quilombo? Segundo o próprio *site* do GT Clóvis Moura, essa terminologia foi ressignificada algumas vezes ao longo da história. Se durante o período colonial referia-se às “unidades de apoio mútuo criadas pelos rebeldes ao sistema escravista, bem como às suas lutas pelo fim da escravidão no país”, a partir dos anos 70 ganha uma conotação do próprio movimento negro. Doravante, passa a fazer referência:

[...] à legislação e aos atos jurídicos que historicamente impossibilitaram os africanos e seus descendentes à condição de proprietários plenos [...] Em seguida, foi também expressão dos afrodescendentes para designar a sua trajetória, conquista e liberdade, em amplas dimensões e significados (PARANÁ, 2015).

Os primeiros quilombos cujos territórios foram reconhecidos no Paraná foram Sutil e Santa Cruz, em Ponta Grossa; Água Morna e Guajuvira, em Curiúva; e João Surá, em Adrianópolis, todos em 19 de agosto de 2005. Esse texto, porém, irá discutir um pouco a respeito da história do quilombo Apepu, em São Miguel do Iguaçu, certificado pela Fundação Palmares desde dezembro de 2006.

No dia 27 de fevereiro de 2015, a equipe da Pró-Reitoria de Extensão da UNILA visitou a Comunidade Quilombola Apepu. Depois de passar por várias estradas de chão, a equipe e a agente de saúde da região chegaram ao



Fonte: PROEX, 2014.



Dona Aurora

local, demarcado na entrada por um portão que informa: “Comunidade Negra Apepu: Orgulho de ser Quilombola”. Receberamos dona Aurora, dona Rafaela, Gislaíne e a pequena Maria Eduarda, neta de dona Rafaela.

A família Correia ocupa o território no qual hoje está a comunidade desde o início do século passado. As terras foram recebidas pelo senhor Florentino Correia devido ao trabalho executado por ele na construção da Estrada Velha de Guarapuava³ e instalação dos telégrafos. Segundo dona Aurora, atual líder do grupo, “antigamente tudo aqui (na comunidade) era Foz. Era uma comarca. Não tinha São Miguel, nem Santa Terezinha⁴. Na época, São Miguel se chamava Gaúcha, e Santa Terezinha era Criciúma. Era esse o nome. Agora que está organizadinho mais ou menos.” Quando perguntada a respeito do nome da comunidade, dona Aurora afirma que ele vem de um tipo de laranja da região,

denominado “apepu”. Quando ela era criança, os donos de terras ali próximas possuíam um alambique de perfume dessa laranja, daí a origem do nome.

A história de Apepu pode ser destacada como um exemplo paradigmático da situação das comunidades negras no Paraná: ao mesmo tempo em que são visíveis aspectos da violação de direitos, também é perceptível a resistência cultural, quando, por exemplo, ao ser perguntada se há pessoas querendo comprar suas terras, dona Aurora diz: “ah... sempre aparece [alguém que queira comprar], né? Mas a gente não quer vender porque o pai falou assim pra nós: ‘Ó, meus filhos, nunca vendam esse pedacinho de vocês, para vocês não andarem trabalhando na terra dos outros, aí... sofrendo...’”.

Em relação a essa questão da terra, saliente-se que o senhor Florentino Correia recebeu, no início do século passado, uma propriedade de

³ Esta estrada ligava Guarapuava (município da região central do Paraná) a Foz do Iguaçu (extremo oeste do Estado), margeando o atual Parque Nacional do Iguaçu. Sua construção iniciou-se em 1892, sendo finalizada apenas em 1920. Sobre a história do desenvolvimento do município de Foz do Iguaçu, com a consequente construção da estrada e desenvolvimento do parque, ler: MARTINS, Lavinia; RUSCHMANN, Doria. Desenvolvimento histórico turístico estudo de caso: Foz do Iguaçu – PR. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 6, 2010, Rio Grande do Sul. *Anais...*, Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, jul. 2010.

⁴ São Miguel do Iguaçu é um município do Oeste do Estado do Paraná, onde fica o quilombo Apepu, a menos de duas horas de Foz do Iguaçu. Santa Terezinha de Itaipu está na mesma região.

80 alqueires⁵. Atualmente, são apenas três⁶. Essa redução radical de espaço iniciou-se em plenos anos de chumbo, com o projeto de expansão do Parque Nacional do Iguaçu na década de 1970.

Rigorosamente, as primeiras desocupações para a criação do Parque Nacional do Iguaçu datam de 1916, isto é, 26 anos antes de sua inauguração, em 1930. Entretanto, até a década de 1970 o parque “estava mais presente em âmbito burocrático do que em algo materializado.” (VENCATTO, 2010). E a concretização do projeto da reserva, para a população que ali vivia, constituiu-se sobretudo pelas desocupações feitas de modo extremamente autoritário⁷.

A respeito dessa questão, dona Aurora comenta: “Para nós, que já morávamos do lado de cá, não foi nada. Agora, ‘pros’ outros que tiveram que sair e ir embora...”. No caso, esses “outros” eram alguns de seus irmãos e tios. Mesmo que eles tenham recebido indenização, porque a terra estava regularizada, não se pode deixar de apontar a violência que constituiu a desocupação. Afinal de contas, a lógica dos projetos de preservação ambiental pressupõe que, necessariamente, o contato contínuo do ser humano com a natureza irá destruí-la. Dificilmente, porém, os saberes e práticas das comunidades tradicionais, como os quilombolas de Apepu, iriam ser utilizados para devastar o local em que viviam.

De todo o modo, as transformações pelas quais passou o país a partir dos anos 70 trouxeram a aceleração da modernização econômica, tornando cada vez mais difícil para as populações do campo a vida autossustentada. Por isso, é compreensível que nos últimos anos o número de pessoas vivendo em Apepu tenha sido reduzido pelas duas razões apontadas por dona Aurora, além da questão do parque: “Agora, depois que registrou tudo, e acertou, quase todo mundo foi embora né?!... precisa trabalhar e é pouco espaço, né?!...”.

A necessidade de “trabalhar fora” é, evidentemente, uma imposição da realidade do mundo contemporâneo. Na medida em que se constroem relações de trabalho mais impessoais e institucionalizadas, e, sobretudo, emerge a necessidade do dinheiro, as formas tradicionais de produção passam a não dar conta das necessidades pessoais. Por isso, talvez, dona Aurora tenha

⁵ Essa informação foi retirada de SANTIAGO NETO, Clemilda. História do quilombo Apepu / São Miguel do Iguaçu. *Comunidades de remanescentes de quilombos e comunidades tradicionais negras do Paraná*, 20 abr. 2009. Disponível em: <http://quilombosnoparana.spaceblog.com.br/348322/HISTORIA-DO-QUILOMBO-APEPU-SAO-MIGUEL-DO-IGUACU/?__hsc>. Acesso em: 24 abr. 2015. Outras informações sobre a família Correia também estão disponíveis neste site: VALENTINI, Lucas. Dos Palmares ao Apepu: os quilombolas de SMI. *Messageiro: O Amigo das Quintas-Feiras*, n. 1792, 19 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.jornalmessageiro.com/materia.php?id=13600>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

⁶ Nesta mesma revista, o artigo “O quilombo do Apepu – memória e representação de uma comunidade”, das professoras Solange Portz e Valdirene Decurges e do professor Paulo Renato da Silva, também foi escrito a partir de uma visita a essa comunidade quilombola. Na ocasião, dona Aurora afirmou restarem ainda vinte alqueires e não três, como disse a nós. As informações estão, portanto, desencontradas, e não sabemos qual é a correta.

⁷ Sobre imigrantes de outros estados que sofreram o processo de desapropriação de suas terras na região do parque, ler BRENNEISEN, Eliane Cardoso; SEIXAS, Lara Luciana Leal. Memória e identidade dos desapropriados do Parque Nacional do Iguaçu. In: SEMINÁRIO REGIONAL SOBRE TERRITÓRIO, FRONTEIRA E CULTURA, 3., 2011, Marechal Cândido Rondon. *Anais...*, Marechal Cândido Rondon: Universidade do Oeste do Paraná, set. 2011.



afirmado em seguida, a respeito de seus netos: “Às vezes eles trabalham no pomar daqui... Mas eles gostam mais da roça dos outros... [risos] Cai mais dinheiro né?!... eles não confiam que eu vou ‘pagar eles’”.

Além disso, há a questão da falta de espaço. Segundo ela, o espaço pequeno até mesmo se torna um fator para que outras pessoas da família não voltem para Apepu. Quando perguntada se os familiares têm vontade de retornar, ela responde: “‘Óia’, lá eles têm [bens], né?!... eles têm carro, têm casa e tudo. Mas eles têm vontade de pegar um pedacinho aqui e montar uma casa. Aí, eu falo: ‘não, pode parar!’. Senão depois fica muito apertado, né?!”

Ao longo do tempo, a própria necessidade de trabalhar contribuiu para a redução do espaço, como afirmado anteriormente. Alguns dos irmãos Correia preferiram vender seu pedaço de terra e sair da comunidade para poder trabalhar. Ademais, os grandes produtores de soja da região também compraram parte das terras, situação que, mais uma vez, remete à dificuldade das comunidades tradicionais viverem de modo autossustentado.

Diante disso, os quilombolas de Apepu buscaram alternativas para a manutenção da comunidade. Em primeiro lugar, é preciso ressaltar e tornar públicas algumas das dificuldades estruturais do local, que até mesmo contribuíram para a escolha de alguns membros da família Correia de sair da comunidade.

Na mesma semana em que estivemos lá, dona Rafaela (irmã de dona Aurora) e Gislaine (filha de dona Rafaela) haviam participado de uma reunião para discussão do Plano Diretor do Município de São Miguel do Iguçu, procurando se mobilizar para que as reivindicações quilombolas fossem atendidas. As demandas são antigas, e uma delas é a melhoria das condições da estrada que leva à comunidade, atualmente ainda feita de terra. Gislaine afirma: “Eu coloquei isso (na discussão do Plano Diretor) porque eu acho que precisa pra já, né?!... é pra ontem, porque essa estrada você não consegue sair, se chove...”

Além disso, é necessário arrumar algumas calhas das casas e a ponte que liga a área de moradia à região mais antiga da comunidade, onde está a igreja. Também está incluída no Plano Diretor a necessidade de construção de novas casas. Segundo Gislaine, “hoje são três, e, no caso, era pra sair mais três. Aí, no total, ficariam seis... E cada idoso vai trazer um filho, daí,... dona Rafaela, dona Aurora e seu Zacarias”.

Para suprir de modo mais específico as necessidades econômicas, Gislaine afirma: “A gente vem reivindicando a questão do pavilhão, né, que é promessa, que faz tempo que era pra ter saído...”. Dona Aurora complementa dizendo que essa construção seria como uma espécie de espaço cultural, com uma cozinha industrial instalada em parceria com a Aprosmi⁸, servindo como uma fonte de renda para a comunidade.

Ainda houve a iniciativa de plantio de um pomar para a comunidade, também como fonte de renda. As frutas colhidas serão utilizadas para a produção de polpas. Segundo a família Correia, atualmente se produz apenas goiabas. O ponto negativo do pomar é que o contrato firmado exigiu que fossem cortadas as árvores e plantas com as frutas autóctones. Assim, a laranja apepu, que dá nome à comunidade, já não existe mais.

⁸ A Aprosmi é a Associação de Produtores de Agricultura e Pecuária Orgânica de São Miguel do Iguçu.



Apesar de o reconhecimento dos territórios quilombolas estar garantido desde a Constituição de 1988, pode-se perceber, a partir desta micronarrativa da comunidade de Apepu, que os certificados formais não bastam para assegurar todos os direitos da população. Nesse contexto, a universidade pública e os movimentos sociais devem estar comprometidos em construir,

em conjunto com as comunidades tradicionais, meios para asseverar sua autonomia e seus direitos.

Hoje, no Paraná, estão reconhecidas 35 comunidades quilombolas. Entretanto, reitera-se a necessidade de iniciativas, em especial do poder público, para garantir o acesso destas a estruturas físicas adequadas e a políticas públicas que ampliem sua cidadania. Conforme está citado na página da internet do Grupo de Trabalho Clóvis Moura, muitos intelectuais já acreditaram que “as causas principais da existência de alguns bolsões de pobreza são de origem étnica” (PARANÁ, 2015). Segundo eles,

Fonte: PROEX, 2014.



Casa no quilombo Apepu

[...] o Brasil foi colonizado por povos selvagens e o africano importado das colônias portuguesas da África. Esses povos, apesar da robustez física, eram povos primitivos que viviam no estágio neolítico e por isso incapazes de se adaptarem a civilização industrial. [...] São esses povos — índios, negros mulatos e caboclos — que constituem a grande massa da pobreza do Brasil, no campo e nas favelas. [...] Imigrantes europeus, asiáticos, japoneses, oriundos de civilizações milenares que se dirigiram para as regiões litorâneas, vivem muito bem no Brasil. É muito raro ver-se um descendente de japoneses, judeus, italianos, árabes ou alemães, em condições de miséria absoluta. Isto prova que as causas principais da pobreza no Brasil são de origem étnica, muito mais do que de possíveis influências do meio físico, da má distribuição pública ou da tão divulgada exploração do homem pelo homem [...] (PARANÁ, 2015).

É comum a persistência desse tipo de argumento, que ignora uma série de processos históricos de exclusão, inclusive aqueles que negaram o direito à terra à população negra no período pós-abolição, no caso do Brasil. Como se sabe, em especial no Paraná, houve grande incentivo no acesso à terra para imigrantes vindos da Europa, porém não se viu o mesmo esforço para a população negra saída das senzalas. As políticas relativas à questão da terra revelavam, portanto, um caráter extremamente racista, que via no imigrante a esperança de “embranquecer” a população brasileira, tornando-nos aptos à modernidade, porque brancos.

As políticas de branqueamento, na verdade, revelam a dificuldade do pensamento europeu e eurocêntrico em se descentrar, em perceber a multiplicidade dos modos de vida ao redor do mundo. Assim, aquilo que era — e que é — diferente, é rapidamente tratado como “inferior”, primitivo, selvagem, entre outras denominações.

Por isso, o desafio contemporâneo é o de concretizar a afirmação de Boaventura de Sousa Santos (2003), segundo a qual “temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.”

REFERÊNCIAS

- BRENNEISEN, Eliane Cardoso; SEIXAS, Lara Luciana Leal. Memória e identidade dos desapropriados do Parque Nacional do Iguaçu. In: SEMINÁRIO REGIONAL SOBRE TERRITÓRIO, FRONTEIRA E CULTURA, 3., 2011, Marechal Cândido Rondon. *Anais...*, Marechal Cândido Rondon: Universidade do Oeste do Paraná, set. 2011.
- MARTINS, Lavinia; RUSCHMANN, Doria. Desenvolvimento histórico turístico estudo de caso: Foz do Iguaçu – PR. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 6., 2010, Rio Grande do Sul. *Anais...*, Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, jul. 2010.
- MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente: ensaios sobre fenômenos de aculturação no Paraná*. São Paulo: Taq, 1989.
- OLIVEIRA, Márcio. O Brasil diferente de Wilson Martins. *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 44, p. 215-221, maio/ago., 2005.
- PARANÁ. Grupo de Trabalho Clóvis Moura. *Quilombos e quilombolas no Paraná*. Disponível em: <<http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=58>>. Acesso em: 24 abr. 2015.
- SANTIAGO NETO, Clemilda. História do quilombo Apepu / São Miguel do Iguaçu. *Comunidades de remanescentes de quilombos e comunidades tradicionais negras do Paraná*, 20 abr. 2009. Disponível em: <http://quilombosnoparana.spaceblog.com.br/348322/HISTORIA-DO-QUILOMBO-APEPU-SAO-MIGUEL-DO-IGUACU/?__hsc>. Acesso em: 24 abr. 2015.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Introdução. In: _____. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- VALENTINI, Lucas. Dos Palmares ao Apepu: os quilombolas de SMI. *Mensageiro: o amigo das quintas-feiras*, n. 1792, 19 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.jornalmensageiro.com/materia.php?id=13600>>. Acesso em: 24 abr. 2015.
- VENCATTO, Rudy Nick. Parque Nacional do Iguaçu: significados e valores a partir dos desapropriados da década de 1970. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL – TESTEMUNHOS: HISTÓRIA E POLÍTICA, 10, 2010, Pernambuco. *Anais...*, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, abr. 2010.